

Fonte

Entre a verdade e o embuste. O arriscado plano de um misterioso espião

GUSTAVO KELLY DE ALMEIDA^{1*}

Em inícios de outubro de 1645, de sua embaixada em Veneza D. Gaspar de Teves y Tello de Guzmán, 1^a marquês de la Fuente de Torno², escrevia ao rei Filipe IV informando-lhe sobre um assunto muito caro à monarquia espanhola. Tratava-se da descoberta de um arriscado plano que visava tomar o castelo Sforzesco de Milão e libertar um importante prisioneiro de Estado, irmão do “rebelde” duque de Bragança D. João.

Desde 1635, D. Duarte de Bragança (1605-1649) lutava a serviço dos Habsburgos do Sacro Império na delicada conjuntura da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Galgou postos destacados na hierarquia militar, como os de sargento-general de batalha em 1636 e coronel de regimento de cavalaria em Praga no ano de 1639. Entretanto, sua sorte viria a mudar a partir da cisão das coroas ibéricas promovida pela Restauração de Portugal (1640-1668), tornando-o figura perigosa aos olhos do governo filipino, por seu estreito parentesco com o líder do movimento ou por sua afamada experiência bélica e contatos militares, os quais poderiam tornar mais acirrada a resistência brigantina³.

Acusado sem provas de contribuir para o logro da conspiração atestada por sua casa, foi aprisionado em 4 de fevereiro de 1641 na cidade de Ratisbona e em seguida transferido para Passau (Baviera) e Graz (Áustria). Cerca de um ano e meio depois teve sua guarda finalmente vendida aos espanhóis, que a partir de então exerceriam a tutela sobre o cativo no castelo de Milão, bastião de um dos Estados mais importantes do ponto de vista estratégico para a coroa na península itálica.

1 * Doutorando do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em História (PIUDHist), bolsista Capes, sob orientação da professora Mafalda Soares da Cunha.

2 Nos finais da década de 1630, D. Gaspar de Teves (1608-1673) iniciou sua carreira diplomática e, a partir de agosto de 1642, passaria a ocupar o posto de embaixador ordinário em Veneza. Após mais de uma década à frente do cargo, foi transferido em 1656 para Viena, onde viria a receber o título de conde de Benazuza. De 1662 a 1667 exerceu a função em Paris e, ao voltar a Espanha, foi nomeado conselheiro de Estado. Cf. Juan Antonio Sánchez Belén. ‘TEVES Y TELLO DE GUZMÁN, Gaspar de’. In: Quintín Aldea Vaquero (org.). Diccionario biográfico español. Madrid: Real Academia de la Historia, 2013. v. 47. p. 898-900.

3 Archivo General de Simancas (AGS). Estado, Flandes, Holanda e Brujelas, legajo 2056. Carta de autor desconhecido para o secretário André de Rosas. (Palácio do Bom Retiro?), 27/03/1641. n. 76.

Transcorridos pouco mais de sete anos, após grande esforço por parte da diplomacia de D. João IV para libertá-lo, viria a falecer em três de setembro de 1649, reforçando no plano internacional as acusações de tirania contra a Espanha Habsburgo.

Na carta transcrita⁴, o marquês de la Fuente começa por mencionar um despacho enviado ao rei, cuja matéria dizia respeito aos obstáculos criados por ele aos intentos do frade Fernando Bonhoven (ou Vanhoven) para que a República de Veneza aceitasse um representante brigantino. Numa missiva anterior, emitida quase dois meses antes, o marquês avisava ao soberano sobre a chegada à cidade deste indivíduo, dominicano e natural de Antuérpia, a quem o duque havia desde 1641 incumbido de tratar, sobretudo, da libertação de seu irmão. Nesta nova missão, sabia-se que o frei vinha dotado de dinheiro para cumprir o mesmo objetivo e conseguir o reconhecimento de um ministro do “tirano” português pela senhoria de Veneza. O frade andava vestido de secular, à francesa, e residia na casa de Francisco Taquet, pessoa responsável na cidade pela condução de tais assuntos⁵.

Para facilitar a empreitada foram colocadas as armas de França na porta de Taquet, assegurando-se a proteção de ambos. Como sublinha De la Fuente, Taquet já encontrava-se na cidade há mais tempo, sendo o principal negócio deste religioso, até onde sabia, a admissão de um representante brigantino por Veneza, e não a libertação de D. Duarte.

Numa outra epístola redigida no mesmo dia ao rei, o marquês demonstrava seu espanto por Bonhoven ter desaparecido dos espaços públicos, quando sua prisão já estava sendo articulada. Pelo fato desta matéria ter sido escrita por pessoa de sua confiança, argumentava que a notícia só poderia ter vazado por algum dos frades franceses que assistiam ao geral da ordem de São Domingos ou pelo criado do nuncio, súdito do rei Cristianíssimo, os quais haviam sido mobilizados para o intento⁶.

Na verdade, De la Fuente não sabia naquela época que provavelmente Bonhoven e Taquet tratavam-se da mesma pessoa. O próprio na altura pensara que sua identidade havia sido descoberta, acusando Fernando Brandão (agente de negócios eclesiásticos de Portugal na cúria romana) de tê-lo delatado. A relação entre os dois era bastante tensa, ao menos da parte de Taquet, para quem o agente não passava de um “grande ladrão e grandíssimo traidor”. Ao seu ver, era culpa de Brandão que tivessem vindo à luz seu verdadeiro nome (Fernando de la Houe), sua naturalidade flamenga e sua condição religiosa, o que em teoria permitiria ao rei da Espanha ter jurisdição sobre ele, bem como ser acusado de apostasia⁷. Como mostra a fonte abaixo transcrita, ainda em outubro de 1645 o marquês de la Fuente não sabia exatamente quem era de fato aquela figura enviada pelo duque de Bragança para cuidar de seus interesses na República. De todo modo, o cerco ao encoberto agente começava a apertar.

4 Archivo Histórico Nacional (AHN). Estado, libro 118. Carta do marquês de la Fuente para Filipe IV. Veneza, 07/10/1645. fl. 213v-225v. Cabe sublinhar que atualizamos o português e o espanhol de todas as fontes aqui trabalhadas e eliminamos as abreviações de determinadas palavras como forma de facilitar a compreensão do texto pelo leitor. Ademais, para evitarmos repetições desnecessárias, sempre que relatarmos a narrativa do marquês e não citarmos a respectiva carta, trata-se do documento que pode ser lido na íntegra ao final desta apresentação. A fonte selecionada é a cópia de uma carta presente num dos livros de registros de correspondência entre o marquês e a corte durante sua embaixada em Veneza, a maioria conservada no Arquivo Histórico Nacional de Madri.

5 Idem. Veneza, 12/08/1645. fl. 160v-161.

6 Idem. Veneza, 07/10/1645. fl. 211v-212.

7 Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda (BPNA). Correspondência diplomática de Luís Pereira de Castro, 49-X-24. Carta de Francisco Taquet para Luis Pereira de Castro. Veneza, 25/08/1645. v. 3. fl. 34v.

No mesmo mês, De la Houe foi avisado que De la Fuente estava em seu encaicho por conta das relações de notícias que fizera espalhar por Nápoles, Milão e toda a península itálica, contrárias à coroa espanhola, “muito escandalosas e perigosas para inquietar os povos”⁸. De fato, sua atividade foi intensa neste sentido, chegando a intitular-se certa vez, sem qualquer falsa modéstia, o “grande trombeta”⁹. Reunia informações, escrevia, traduzia e fazia publicar livros e folhetos em prol da causa restauracionista, inclusive sobre D. Duarte, com quem travou copiosa correspondência oficiosa durante os seis últimos anos de vida do prisioneiro - a qual os espanhóis, mesmo com toda a vigilância, nunca viriam a descobrir.

O resultado mais conhecido desse afã propagandístico foi o livro de um clérigo genovês e cidadão veneziano de nome Giovanni Battista Birago, intitulado *Historia del regno di Portogallo*. Após ser publicado em 1645 na cidade de Lyon e reeditado no ano seguinte, a versão de 1647 seria aquela em que no título o próprio Taquet se identificava, fugindo ao pseudônimo, e assinalava ter realizado correções e acréscimos ao original¹⁰. Se os espanhóis ainda tinham alguma dúvida sobre seu verdadeiro nome, a partir de então isso não seria mais segredo. Aliás, desde finais de 1645, quando começou a ser perseguido, a matéria já pouco importava. O que era necessário garantir dizia respeito à comunicação sigilosa com o cativo e, claro, aos cuidados relativos a sua segurança.

Em 16 de setembro de 1645, ante a notícia de que na casa de De la Fuente decidiram sobre a forma de prendê-lo, Taquet ouvira os conselhos de *Monsieur de Gremontille* (embaixador francês em Veneza), para que ele e seu secretário se mudassem para uma casa anexa a sua, onde deveria constar também o brasão francês. Do mesmo modo, sua gondola deveria ser forrada com as armas do Cristianíssimo e o respectivo gondoleiro vestir a libré dos “familiares” do embaixador¹¹. Ademais, para justificar a ação, Gremontille nomeou Taquet responsável pelos negócios de Portugal em Veneza, enquanto seu agente. O episódio renderia um protesto do marquês junto ao Colégio Senatorial¹², mas de balde. Nos anos seguintes, até o retorno do frei a Portugal em 12 de outubro de 1650, a perseguição continuaria, tendo o marquês por diversas vezes procurado que o prendessem ou mesmo que o matassem¹³.

Se formos analisar a correspondência de De la Fuente nos anos que marcaram sua estada na embaixada veneziana (1642-1656), incluindo a fonte aqui selecionada, vemos que ele sempre

8 Biblioteca Pública de Évora (BPE), códice 106, 2, 11. Carta de Francisco Taquet para o conde da Vidigueira. Veneza, 22/10/1645. fl. 406.

9 Idem. Carta de Francisco Taquet para o marquês de Nisa. Veneza, 12/09/1648. fl. 181.

10 Giovanni Battista Birago. *Historia della disunione del regno di Portogallo dalla corona di Castiglia*. Scritta dal dottore Gio: Bat. Birago. Avogaro. Cittadino Veneto. Novamente corretta, emendata illustrata. Con l'aggiunta di molte cose notabili dal molto rdo p. maestro fra Ferdinando Helevo dell'ordine de predicatori. Con l'appendice di una scrittura d'un ministro di Spagna. Amsterdã: Niculau Ravesteyn, 1647. O quinto capítulo desta obra (páginas 372-442) é dedicado ao caso da prisão de D. Duarte e viria a ser, desde a História de Portugal Restaurado do conde de Ericeira, um dos grandes referenciais para os que dissertariam sobre o assunto. Cf.: Terceiro conde de Ericeira. História de Portugal Restaurado. Porto: Civilização, 1945-1946. 2 vol. Para um balanço historiográfico sobre o tema ver: Gustavo Kelly de Almeida. Herói em processo: escrita e diplomacia sobre D. Duarte de Bragança (1641-1649). Niterói: Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 14-54.

11 BPE. Códice 106, 2, 11. Carta de Francisco Taquet para o conde da Vidigueira. Veneza, 16/09/1645. fl. 328.

12 AHN. Estado, libro 118. Carta do marquês da la Fuente para Filipe IV. Veneza, 07/10/1645. fl. 212-213.

13 A título de exemplo: BPE. Códice 106, 2, 11. Carta de Francisco Taquet para o conde da Vidigueira. Veneza, 27/05/1646. fl. 270. Para mais detalhes sobre a personagem de Francisco Taquet e suas ações na primeira década do Portugal Restaurado ver: José Ramos Coelho. História do infante D. Duarte. Irmão de el-rei de D. João IV. Lisboa/Coimbra: Tipografia da Academia Real das Ciências/Imprensa da Universidade, 1889-1890, 1920. 3 vol.; Maria Emília Madeira Santos. Relações diplomáticas entre Portugal e Veneza (1641-1649). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965; Almeida. Op. cit.

esteve preocupado em embaraçar qualquer tentativa em prol da causa brigantina que estivesse ao seu alcance, reportando ao rei suas respectivas ações. Esse zelo seguia de perto as orientações de Felipe IV, cuja postura em relação à questão portuguesa no plano internacional fora sempre marcada pela intransigência.

No tratado preliminar ao congresso de Vestefália (1644-1648), por exemplo, vetava-se o acesso de Portugal à mesa de negociações. Por esse acordo, realizado em 25 de dezembro de 1641 em Hamburgo, apenas poderiam participar os representantes que gozavam do estatuto de plenipotenciário, conferido aos enviados dos príncipes ou dos poderes reconhecidos pela comunidade internacional. Nesse sentido, qualquer tentativa de alusão ao reino ou a seu *tirano* nos tratados de paz era rechaçada. Inclusive a referência ao nome de D. Duarte. De acordo com o conselheiro e plenipotenciário espanhol Brun, em seu parecer ao Conselho de Estado de 16 de outubro de 1646, o caso do prisioneiro poderia ser resolvido colocando-o em um artigo secreto e à parte, para que não *manchasse* o tratado com o seu nome¹⁴.

Neste clima de tensão gerado pelo levantamento de Portugal, caberia a De la Fuente estar sempre vigilante e bem atualizado quanto aos possíveis avanços dos sequazes do duque *rebeld*. Situado num centro de espionagem por excelência, numa cidade dotada de um serviço postal dos mais ativos e eficientes da Europa e onde as informações chegavam e espalhavam-se com uma rapidez impressionante¹⁵; isso não seria difícil. Seu grande desafio era de fato administrar e filtrar os dados que alcançavam seu gabinete por todas as vias. Sobretudo quando tratava-se de episódios de fidelidade duvidosa.

No documento em tela, após uma breve menção a Bonhoven e Taquet, o marquês reporta a Filipe IV o extenso discurso de um tal Francisco de la Fuente Valdes, outrora militar que espontaneamente veio ter com ele para contar-lhe sobre um projeto para libertar D. Duarte através da administração de venenos aos homens da fortaleza de Milão, a qual seria em seguida entregue aos franceses. O mais intrigante era que confessava ser ele próprio o responsável pela execução de tão engenhoso plano.

Nascido em Castela e filho de mãe portuguesa, havia servido ao conde de Siruela (governador-geral interino de Milão entre 1641 e 1643) e passado a Roma em 1643 como capitão reformado, tendo em seguida ocupado o posto de sargento maior. Obrigado a fugir da cidade por suspeitas de homicídio, chegou a Nantes e lá conheceu o conde de Monsanto¹⁶, que estava na região arregimentando soldados para a causa brigantina, a quem externou seu desejo de servir a Portugal. Na companhia do nobre estava um frei dominicano de nome Manoel Godinho, natural de

14 Pedro Cardim. 'Os 'rebeldes de Portugal' no congresso de Münster (1644-1648)'. In: Penélope. Revista de História e Ciências Sociais, n. 19-20. Lisboa, 1998. p. 105-106, 112-113, 119 e 124. Além disso, Brun reconhecia o valor militar e simbólico de D. Duarte, julgando que ele poderia ser depositado nas mãos da Espanha ou do rei francês, garantindo-se que não mais voltaria a Portugal, nem assistiria direta ou indiretamente ao irmão duque. Vide: AGS. Estado, Alemanha, legajo 2.348. Parecer do conselheiro Brun ao Conselho de Estado. Münster, 16/10/1646.

15 Santos. Op. cit., p. 25 e 127; Filippo de Vivo. Information and communication in Venice: rethinking Early Modern politics. Oxford: Oxford University Press, 2007.

16 D. Álvaro Pires de Castro e Noronha, conde de Monsanto, recebeu o título de marquês de Cascais ao ser incumbido de uma solene embaixada extraordinária enviada a Paris em 1644, por ocasião da morte do rei de França Luís XIII. Cf.: Ana Leal de Faria. Os arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 a 1815. Lisboa: Tribuna da História, 2008. p. 66 e 74. Sabe-se que pelo menos até o início de março de 1645 o marquês ainda continuava em Nantes, a espera de seu regresso a Lisboa. Vide: BPNA. Correspondência diplomática de Luis Pereira de Castro, 49-X-23. Carta do conde da Vidigueira para Luis Pereira de Castro. Paris, 04/03/1645. v. 2. fl. 88. Acreditamos que a referência a D. Álvaro como conde e não como marquês, feita por De la Fuente, buscava diminuir o status do inimigo, pois os espanhóis não reconheciam qualquer nomeação feita pelo duque de Bragança.

Coimbra, que ocupara funções em Milão e que tinha permissão para seguir à Espanha¹⁷. Aproveitando-se da ocasião, Godinho foi ao encontro do conde, avisando-lhe ter articulado um plano para libertar o irmão de D. João, cuja garantia era dada por um papel que trazia, assinado pelo capitão do castelo e por dois alferes, responsáveis pela custódia do prisioneiro.

Ante os problemas de dinheiro e a constatação de que o domínio espanhol no Estado de Milão estava prestes a ruir por falta de assistências, bem como tocados pela prisão de um príncipe inocente, os três haviam pensado em entregar o castelo ao rei da França e libertar D. Duarte. Porém, como não poderiam levar a cabo os meios para tanto, e sabendo que o frei ia a Portugal, tendo conversado com o prisioneiro, rogaram a Godinho para que apresentasse a proposta a D. João IV e lhes informasse das respectivas mercês por tal ação, deixando ao critério do rei a parte referente à entrega da fortaleza a França. O plano também abria a possibilidade dos milaneses decidirem seu futuro, tornando-se uma República ou entregando o castelo a quem lhes entendesse - com exceção, é claro, da Espanha. Consideravam ser o projeto de muito fácil execução. Para isso necessitariam de três tipos de venenos e da chave da porta de socorro, por onde o infante fugiria e pela qual entraria a ajuda militar necessária.

Essa primeira parte da declaração havia sido entregue ao marquês toda por escrito, da qual o mesmo avisava ao rei não ter alterado palavra alguma. A partir de então o informe de De la Fuente tenta reproduzir a narrativa de Valdes, até ser enviado a Milão em fins de setembro por Gremonville e Taquet.

Depois de ter sido escolhido pelo conde para conduzir o plano no lugar de Godinho – justificativa bastante confusa, diga-se de passagem -, Valdes procura registrar pela primeira vez seu comprometimento com a causa espanhola, afirmando ter buscado aproximar-se dos seus companheiros de viagem rumo a Lisboa e passar-lhes boa impressão, disfarçando suas reais intenções.

Uma vez na cidade, o conde levou-o para beijar a mão do duque, o qual teria ficado muito animado com a notícia, tendo-lhe prometido muitas mercês, mesmo que a empresa não viesse a ser bem sucedida¹⁸. Em finais de junho aportava em Gênova com direção a Veneza, onde estaria a sua espera Francisco Taquet, que detinha o papel firmado pelos oficiais do castelo e os demais despachos, já que entendiam que ele poderia arriscar o negócio caso perdesse os documentos na viagem. Antes deste encontro, o velho militar deveria assegurar-se de que os descontentes no castelo ainda estavam firmes em sua vontade. Durante este período que separou Valdes de sua chegada a Veneza, ocorrida nos primeiros dias de agosto, houve segundo ele (na pena de De la Fuente) muitas conferências entre o embaixador francês e Taquet sobre como seria levado a cabo o plano. Do ponto de vista de Gremonville, o foco deveria ser a entrega do castelo ao seu reino e não a liberdade de D. Duarte, pois o primeiro determinaria o segundo. Para Valdes a ideia era absurda, uma vez que se aventurava ao principal e fácil - a libertação do prisioneiro - em nome dos interesses franceses.

17 O pouco que se sabe acerca dessa personagem provém das informações de Valdes, o que torna sua existência ainda mais duvidosa. Complementa o militar que o frade teria se transferido em 1644 de um convento dominicano em Vercelli para o de Santo Eustórgio em Milão e, posteriormente, conseguira uma licença de D. Antonio Briceño Ronquillo, grão-chanceler de Milão, para ir a Espanha, embarcando no porto de Gênova. José Ramos Coelho, biógrafo de D. Duarte, sugere que ele pode ser o mesmo Manoel Godinho que em 1619 era pessoa de grande confiança do duque D. Teodósio de Bragança, pai de D. João e de D. Duarte. Entretanto, isso não passa de uma conjectura. Cf.: Ramos Coelho. Op. cit., vol. 2. p. 86 e 93.

18 Cabe ressaltar que, não obstante o caso de D. Duarte ter sido um problema de Estado bastante incômodo, Valdes parece exagerar as recompensas a ele prometidas como uma forma de valorizar ainda mais sua fidelidade ao rei espanhol.

Sublinhe-se que essa posição de Valdes também aparece em alguns dos papéis que entregara a De la Fuente e que depois este remeteria copiados ao rei. Num deles, endereçado a Taquet, ele afirmava:

Yo no he venido a contemplar a nadie. Soy enviado a que se me provea de los venenos, y seguridad para lo que prometiere. Si esto no hay modo de hacerse, me desengaño; que no soy de los hombres hallados en Muladar, que tengo mucha reputación, y no quiero que entienda S.M. que pretendo nuevos aumentos en dilación de lo que se me ha encomendado; y así me desengañará V.S. para que o yo aguarde, o me vuelva a tratar en otra parte lo que aquí se anda entreteniendo¹⁹.

Ou ainda em carta a D. João, de mesma data:

Yo soy mandado de la Majestad real de Portugal para tratar de librar el Señor Infante Don Duarte. De esto he dado palabra de obrar cuánto pudiere. Espero se me despache para obrar, y no otra cosa²⁰.

Contudo, a pressão de Gremonville fora mais forte, devendo ele portanto encontrar-se com o capitão do castelo e com o príncipe Tomás de Saboia²¹, aliado da França e que se achava próximo ao alvo, com vistas a sondar seu interesse em ajudar na operação. Enviado em 3 de setembro, conseguiu apenas encontrar-se com o primeiro. Porém, quando voltou a Veneza, o príncipe já tomara Vigevano, a cerca de 30 quilômetros de Milão. Fato que estimulou ainda mais Gremonville, pois este entendia que o saboiano possuía contatos dentro do Estado e tinha a promessa do rei francês de adquiri-lo caso fosse capaz de conquistá-lo. Nessa conjuntura foi mais uma vez direcionado à cidade, portando consigo: o passaporte do embaixador francês; cartas para o príncipe Tomás e para *Monsieur* du Plessis-Praslin (governador de Turim e marechal de França); uma missiva de Taquet para D. Duarte, junto a outro pequeno papel em que constavam a rubrica de D. João e a assinatura do secretário de Estado Pedro Vieira da Silva - as quais dariam a certeza ao prisioneiro de que poderia confiar no plano - e, por fim, ainda lhe foram entregues seis rubricas em branco do duque para que pudesse conquistar favores na sua missão.

Finalizada a exposição do relato de Valdes, o embaixador espanhol procura apresentar ao rei as diligências tomadas desde então em relação ao caso, sobretudo porque não ficara totalmente convencido da lealdade daquele senhor. Ao seu ver, a história tinha “mucha parte de verdad, y mucha de embuste”. Entretanto, com a prudência que o cargo exigia, esforçou-se por não trans-

19 AHN. Estado, livro 118. Bilhete de Francisco de la Fuente Valdes para Francisco Taquet. Veneza, 30/08/1645. fl. 230v-231.

20 Idem. Carta de Francisco de la Fuente Valdes para o duque de Bragança. Veneza, 30/08/1645. fl. 230.

21 Tomás Francisco de Saboia (1596-1656) foi o quinto filho varão de Carlos Manuel, duque de Saboia, e da infanta Catarina Micaela, filha de Filipe II. Após casar-se em Paris com Maria de Bourbon, condessa de Soissons, no ano de 1625, seu pai agraciou-o com o título de príncipe de Carignano. Sua trajetória militar é marcada pela oscilação entre as filiações espanhola e francesa. De 1631 a 1642 esteve ao lado da Espanha devido às pretensões do cardeal Richelieu sobre o ducado. Após a morte do irmão mais velho Vitor Amadeu I, em 1637, a viúva Cristina Maria de Bourbon estabeleceu uma aliança duradoura com a França. O príncipe, entretanto, só veio a aliar-se à cunhada dois anos depois, ante a intenção do marquês de Leganés de ocupar Turim com suas tropas. Após uma breve oscilação passou finalmente para o lado francês e ganhou ainda maior renome por suas atividades bélicas. Cf.: Santiago Martínez Hernández. 'SABOYA, Tomás Francisco de'. In: Quintín Aldea Vaquero (org.). Diccionario biográfico español. Madrid: Real Academia de la Historia, 2013. vol. 44. p. 957-958.

parecer suas dúvidas ao relator, aparentando ganhar sua confiança. Além disso, colocou o suspeito sob vigilância velada e procurou flagrar possíveis mentiras.

Como conjecturava De la Fuente, a possível mudança de lado de Valdes poderia ser explicada por este saber que estava enfrentando um homem bem informado e destro nas minudências de Estado. Sua hipótese baseava-se nas próprias palavras do suspeito, que depois de horas de discurso, proferido em várias sessões, teria caído nas artimanhas do marquês. Num dos momentos, o militar confessa que mesmo que não tivesse a intenção de dar parte de tudo aos ministros de Filipe IV, ficaria confuso com a situação, pois Taquet avisara-lhe que não era conveniente estar em sua casa, dado que De la Fuente anulara todas as tentativas de libertar D. Duarte naquelas paragens. Ademais, Taquet instruíra-o a procurar abrigo em parte remota, porque todos os hebreus ali serviam de espião ao marquês. E poucos dias antes de partir, Taquet avisara-lhe ser necessário apressar sua viagem, pois ele tinha fortes suspeitas de que De la Fuente já estava a par de tudo.

Para além deste temor, o marquês não acreditava na existência do papel que atestava a cumplicidade dos oficiais do castelo. Ao seu ver, por Valdes não atrever-se a entrar na fortaleza sem esse hipotético documento, poderia estar tentando enganar os espanhóis para dar fim ao plano que lhe fora incumbido, ou ao menos conseguir um encontro com o príncipe Tomás, e assim demonstrar seu valor a portugueses e franceses.

Numa dada ocasião, D. Gaspar de Teves relata que enviou ordens a Valdes para conseguir de Taquet o papel original. No encontro era também suposto solicitar a Gremonville um novo passaporte e uma nova carta de crença, pois havia aberto esta e parecia-lhe bem Valdes levá-la fechada, caso julgassem-na conveniente em Milão para encontrar-se com o príncipe. Após a audiência voltou com o passaporte e a respectiva carta, entretanto sem o documento, devido à recusa de Taquet. Este lhe teria dito que não mais necessitava do papel, pois o militar já estivera com os oficiais, e que poderia ser prejudicial se conseguissem prender novamente D. Duarte, como era bastante provável, conferindo ao inimigo a prova necessária para incriminar o infante.

Em outra carta escrita na semana seguinte ao rei, De la Fuente aponta que Valdes teria finalmente mostrado o papel com as assinaturas. Na missiva apresentava uma conversa que ele, marquês, tivera com o castelão da fortaleza de Milão, D. Fadrique Enríquez, sobre o assunto. Embora a princípio este julgasse certificar a validade ou não dos autógrafos, a verdade é que seu parecer deixou dúvidas, tendo o marquês acreditado mais na defesa que o castelão fez dos seus homens que propriamente na confrontação realizada. Contudo, ele também avaliara as mesmas e acreditava terem sido forjadas, assim como as rubricas de D. João. Relatava De la Fuente:

Y habiéndole preguntado de qué genero de letra era me respondió que ordinaria; pero no me la figuró tan mala como son todas las tres, y diciéndome que las conocería si las viese, se las mostré. De la del capitán dice que está escrito todo; que la de Alonso de Molina, le parecía la misma, y que la de Pedro Sesio, era tan mala que apenas se dejaba leer; pero por el modo con que me respondió a todo, confirmo el juicio de que están inocentes aquellos oficiales, si bien no mostré dudar en nada de lo que me decía²².

Como registra na fonte abaixo, a história era inverossímil não apenas porque ele sabia do rigor com que eram selecionados os encarregados da custódia de D. Duarte, mas também por muitos outros motivos. Uma vez aceito o pressuposto de traição, o marquês perguntava-se: como os

22 AHN. Estado, libro 118. Carta do marquês de la Fuente para Filipe IV. Veneza, 14/10/1645. fl. 245.

oficiais poderiam ter admitido que o frei português confiasse o plano a um desconhecido castelhano, que chegara a Nantes a pé e doente, e ainda procurado por assassinato? Ou como o conde de Monsanto poderia ter confiado um negócio dessa qualidade a esse homem, e ainda tê-lo escolhido no lugar do frade articulador do plano? Se assim era, por que enviá-lo para encontrar com o capitão do castelo sem o imprescindível papel?

Todas as questões são muito justificáveis, ao nosso ver. Entretanto, como o próprio De la Fuente assumia, era certo que Valdes estivera em Lisboa, que lhe enviaram para este fim e dando-lhe grandes somas de dinheiro para facilitar a missão. Do mesmo modo, acreditava que os passaportes e cartas de Gremonville eram verdadeiros, pois conhecia a assinatura do embaixador.

Quando percorremos as cartas de Francisco Taquet ao conde da Vidigueira (principal embaixador de D. João IV, coordenador em Paris dos demais polos diplomáticos brigantinos) escritas na altura desses acontecimentos, vemos que as afirmações do marquês de la Fuente tinham alguma procedência. Em finais de agosto de 1645, ao fim de uma missiva, o dominicano observava: “O Amigo [D. Duarte] não aprova os meios com que veio o expresso de Lisboa, e assim reconhece de pouca esperança a negociação que a princípio se mostrava toda bela: em outra ocasião darei mais larga conta dela”²³. Cerca de um mês depois estendia-se um pouco mais:

O negócio do mesmo Amigo que estava tão bem disposto por Sua Majestade e seus ministros em Lisboa, e sobre que me tinha mandado um próprio, como tenho já avisado a Vossa Excelência, e parecia prometer um certo e evidente sucesso, pareceu aqui outro e muito diferente, porque examinadas as circunstâncias e meios o acha o amigo tal, que o manda por em perpétuo silêncio e sepultura, por mil inconvenientes e serem os meios impraticáveis e impossíveis: e assim não [há] que tratar mais dele[.] de tudo dou conta a Sua Majestade pela que com esta se [i]rá, e lha tenho dado mais larga nas passadas, a qual lida será Vossa Excelência servido cerrá-la e mandá-la com a cautela e segurança que tal negócio pede²⁴.

Em meados de outubro, na mesma época em que D. Gaspar de Teves lidava com a excêntrica história de Valdes, Taquet avisava a Vidigueira o recebimento de uma carta de D. Duarte de 29 de setembro, informando-o do aumento substantivo da vigilância sobre si e seus criados. Segundo o prisioneiro, o fato devia-se a uma nova que corria pública por Milão relativa à descoberta de certa inteligência que os franceses e o príncipe Tomás tiveram com os do castelo, agravado pelo avanço deste em alguns territórios próximos à cidade. Essa ameaça somava-se a outra: os milaneses estariam planejando um ataque à fortaleza entre o dia de Todos os Santos e o dos Finados, e com a ajuda de alguns internos, levantariam a bandeira em nome do senado, rechaçando qualquer domínio espanhol ou mesmo francês²⁵. Seriam esses rumores procedentes do curioso plano encarregado a Valdes?

O certo é que desde julho, antes do discurso do curioso militar chegar aos ouvidos de De la Fuente, Filipe IV já estava a par de tudo. Meses antes do imbróglgio de Veneza, o rei pedia a D. Fadrique Enríquez informações detalhadas sobre a custódia do prisioneiro, devido ao problema que Valdes causara com a descrição de seu projeto. Ao responder à carta régia em 6 de setembro,

23 BPE. Códice 106, 2, 11. Carta de Francisco Taquet para o conde da Vidigueira. Veneza, 26/08/1645. fl. 336v.

24 Idem. Veneza, 23/09/1645. fl. 330.

25 Idem. Veneza, 14/10/1645. fl. 326-326v.

o castelão esforçou-se por apresentar o alto grau de vigilância ao qual D. Duarte estava sujeito e assegurar a confiança que tinha nos seus subordinados, entendendo mesmo ser impossível a fuga. E arrematava dizendo:

Según esto dejo considerar à la prudencia de V.M. si puede ser posible, ni verdad lo que el Capitán Don Francisco de Valdes ha prometido y dicho. El procurarle prender, como V.M. manda, si viniere por acá, correrá por cuenta del marqués de Velada [governador-geral de Milão entre 1643 e 1646], y por la mía, si entrar en mi jurisdicción. Y lo que yo ofrezco a V.M. es, y esté cierto de ello, que no pasará los puentes de este castillo²⁶.

Após chegar a Milão em outubro, enviado por De la Fuente, Valdes seria preso no mês seguinte e em 1646 submetido a um processo no castelo de Pavia. Por falta de provas, foi então conduzido ao castelo de Sant'Elmo em Nápoles, onde esteve até 1654. Após quase dez anos de prisão, tal qual D. Duarte, a quem teoricamente fora incumbido de libertar, foi solto e banido dos domínios filipinos sob pena de morte caso voltasse. Os espanhóis chegaram à conclusão, depois de tanto tempo, que tudo não passara de invenções suas, buscando caluniar os oficiais do castelo de Milão²⁷.

Contudo, como adiantamos, havia alguma negociação arquitetada por Lisboa, a qual D. Duarte em fins de agosto de 1645 não aprovara e, um mês depois, vetara totalmente. Poderia ser apenas mais um dos tantos projetos de fuga delineados à época para salvar o infante? Duas cartas do agente brigantino em Veneza fazem-nos acreditar que Valdes era o homem à frente deste misterioso plano. Na primeira, de novembro de 1645, Taquet esbravejava a Vidigueira:

Tenho descoberto que aquele castelhano, que Sua Majestade me remeteu de Lisboa era traidor, e tinha correspondência com o embaixador de Castela, a cuja casa ia todos os dias à noite, e que seu secretário reciprocamente vinha à casa do dito castelhano. E isto será Vossa Excelência servido avisar à Sua Majestade para que, se acaso tornar a Portugal, lancem mão dele, e lhe façam confessar as suas traições, e lhe deem o condigno castigo²⁸.

No ano seguinte, Taquet aludia ao dano que aquela empresa trouxera ao irmão do rei. Para ele, Valdes não passava de um espão enviado pelo inimigo:

(...) entendo ser o perigo evidente e extremo, e que todo o processo contra o Senhor Infante [D. Duarte] se funda sobre as cartas falsas que apresenta aquele traidor castelhano, que diz haver escrito Sua Majestade ao Senhor Infante, e que com semelhantes falsos pretextos lhe querem tirar a vida: e tenho para mim que para este efeito despacharam a este traidor a Portugal, para formarem esta trama: tudo se deve cuidar de tão má gente, e Vossa Excelência deve comunicar tudo isto a Sua Majestade (...)²⁹

26 AGS. Estado, Milán, legajo 3360. Carta de D. Fadrique Enríquez para Filipe IV. Castelo de Milão, 06/09/1645. n. 282.

27 Para mais detalhes sobre a prisão e o processo aberto contra Valdes, ver: Ramos Coelho. Op. cit., p. 83-92.

28 BPE. Códice 106, 2, 11. Carta de Francisco Taquet para o conde da Vidigueira. Veneza, 11/11/1645. fl. 299v.

29 Idem. Veneza, 07/07/1646. fl. 131.

O processo contra D. Duarte foi aberto em finais de 1645, numa conjuntura em que diversos fatores foram responsáveis por aumentar a pressão sobre a vigilância do cativo. Com toda certeza as investidas de Valdes estavam entre seus catalisadores. Não por acaso o assunto é referido por Nicolas Fernández de Castro no maior *manifiesto* de resposta contra a legitimidade da Restauração. Este escrito composto por mais de mil páginas separava estrategicamente as cerca de 300 primeiras para o caso de D. Duarte, formalizando juridicamente sua culpa. Nesse sentido, figuravam ali como uma espécie de bandeira de uma discussão muito mais alargada acerca dos direitos de Filipe IV sobre Portugal³⁰.

Após termos buscado rastrear os passos do misterioso D. Francisco de la Fuente Valdes, muitas hipóteses se apresentam. Poderia ele ter sido um solitário espião espanhol? O aviso a Filipe IV em julho de 1645, antes do plano ter sido cancelado por D. Duarte, favorece esse pensamento. Mais tarde, ele teria apenas se mostrado ao marquês de la Fuente por prudência, já que o embaixador era bastante informado e reconhecidamente destro nos assuntos de Estado. Por outro lado, o militar também poderia ter sido um espião a serviço do monarca português, cujas instruções seriam, talvez, ganhar a confiança do soberano espanhol e de De la Fuente para ter o acesso ao castelo facilitado. Contudo, tendo em vista a revolta de Taquet ao saber dos seus encontros em Veneza com o embaixador, a estratégia indicaria mais uma tomada de decisão individual que propriamente uma ordem vinda de cima. O veto de D. Duarte ao projeto e os problemas com Gremonville só teriam reafirmado suas intenções de alcançar o objetivo a qualquer custo. Podemos considerar também sua simples mudança de “partido”. Ou ainda a probabilidade de tratar-se, no fundo, de um agente duplo: se bem sucedido, enganando aos espanhóis, voltaria a Lisboa com o prisioneiro de Estado mais importante do reino. Caso contrário, teria seus serviços de espionagem reconhecidos e dignos de recompensa.

Não arriscamos a escolher um desses caminhos, facultando ao leitor a liberdade de interpretar a fonte e a intrigante história que a acompanha. O que não podemos deixar de sublinhar é que fossem quais fossem as intenções de Valdes, elas encontraram o fracasso. Como vimos, ambos os lados à época o taxaram de traidor. Fato que demonstra como era arriscado naqueles tempos instáveis situar-se por sua própria conta entre dois reis. Além disso, percebemos como a causa de D. Duarte, renomado militar e irmão do novo soberano de Portugal, era valorizada por ambas as coroas na disputa pela legitimidade. Por fim, exemplificamos através de um caso concreto como a França procurou instrumentalizar o apoio a Portugal, inserindo-o em sua política mais ampla contra o rival Habsburgo na Guerra dos Trinta Anos.

30 D. Nicolas Fernández de Castro. Portugal convenzida con la razon para ser venzida con las catholicas potentissimas armas de Don Philippe IV. El Pio N.S. emperador de las Españas, y del nuevo mundo, sobre la justissima recuperacion de aquel reyno, y la justa prison de Don Duarte de Portugal. Obra apologetica, juridico-theologo-historico-politica, dividida em cinco tratados, que se señalan en la pagina siguiente. En que se responde à todos los libros y manifiestos, que desde el dia de la rebelion hasta oy han publicado los bergantistas contra la palmaria justicia de Castilla. Milão: Hermanos Malatestas, 1648. Para uma análise mais detida sobre o manifesto, ver: Almeida. Op. cit., p. 101-135.

FONTE

Secretaria de Italia. Carta para S.M. escrita en Venecia 7 de octubre 1645 = Doy cuenta de todo lo que ha pasado con Don Francisco de la Fuente Valdes en orden a las comisiones que traia de procurar la libertad de Don Duarte de Portugal³¹

Señor

Por otro despacho de esta misma fecha se servirá V.M. de mandar ver el poco fruto, que hasta ahora ha conseguido [el] fraile Fernando Bonhoven en la pretensión de que la República admita persona en nombre del duque de Verganza, y el medio termino que eligieron para facilitarlo, procurando introducir a Francisco Taquet, y que éste pusiese las armas de Francia a su puerta, por asegurarse entrambos; Y estar aquí más tiempo este religioso, cuyo principal negocio, parece que es la solicitud de introducir ministro, y no la de librar a Don Duarte, según (con el cuidado que esta materia, me ha debido siempre) he podido descubrir, y porque V.M. tenga noticia particular, le haré relación lo mas brevemente, que pudiere, de lo que he averiguado.

El año de 43 (según el refiere) teniendo licencia del conde de Siruela, pasó Don Francisco de la Fuente Valdes de capitán reformado, à Roma, donde el favor de Don Vicenzio La Marra le facilitó el puesto de sargento mayor, de que no sólo le privó una desgracia pero le obligó a salir de allí, dándole poco tiempo.

Dice también, que por no hallar embarcación, y juzgarse poco seguro en Italia, resolvió entrar por el Piemonte en Francia, hasta Nantes; donde hallando al conde de Monsanto, le habló suponiendo que era hijo de madre portuguesa, aunque nacido en Castilla, que deseaba pasar a servir en Portugal; pretensión que consiguió en virtud de la orden que tenía el conde de recoger soldados nacionales.

Que en compañía del de Monsanto iba un fraile de la orden de Santo Domingo, que se llama fraile Manuel Godinho, natural de Coimbra, que había servido de capellán en el tercio de Don Fernando de Pulgar, que estuvo algún tiempo en Trin [Trin, Suíça] con Don Gregorio Britto, que llevaba fe de los oficios de Milán, y una carta, la primera firmada de Ybarra, teniente de contador; y la segunda de Geronimo Perez de Olmedo, pidiendo a Don Juan de Erasso en nombre del marqués de Velada, que hiciese embarcar aquel religioso para España y que le avisase de que lo había ejecutado.

Que sin usar de este despacho fraile Manuel, se encaminó en busca del conde para darle cuenta de haber dispuesto la libertad de Don Duarte, asegurando lo que decía con un papel firmado del capitán del Castillo de Milán con el nombre de Francisco Ruiz, si bien el propio era Blas de Morales.

Que también los alférez Alonso de Molina, y Pedro Sesse que asistían en el Castillo sin otra ocupación que la custodia de Don Duarte, firmaban el papel cuya sustancia era la siguiente.

Que hallándose en aquel Castillo en tiempos tan calamitosos y estériles de dinero cargados de obligaciones de [la] casa, familia, y puesto [por esto], considerando que por falta de fuerzas, era necesario que se perdiese el Estado de Milán, con que vendrían a quedar los españoles tan odiados como destruidos, y solicitados también de la lástima de ver padecer sin culpa un príncipe ino-

31 AHN. Estado, libro 118. Carta do marquês de la Fuente para Filipe IV. Veneza, 07/10/1645. fl. 213v-225v. Ver nota número 4.

cente; habían pensado hacer una acción bizarra entregando el Castillo de Milán al rey de Francia y dándole libertad al Serenísimo señor príncipe Don Duarte, y porque para conseguir este designio, hallándose dentro del Castillo, no podían procurar por sí los medios, sabiendo que iba a Portugal, el padre fraile Manuel (el cuál había hablado a S. A. por su medio) le habían rogado se sirviese de representar a la majestad del rey de Portugal sus designios, procurar forma de lograrlos, saber el premio que por tal acción se le ofrecía, y que si juzgaba conveniente la propuesta de entregar a Francia el Castillo lo dispusiese.

Que pedían tres diferencias de veneno, uno que hiciese morir después de algunos días de enfermedad a las personas, a quien se diese; pero de tal género que ni en la indisposición, ni después de la muerte, se conociese que había sido violenta; que éste serviría para el castellano, y teniente, dando por razón que enfermos, ó muertos, en el ínterin que se nombraban otros cabos; era fuerza que el dicho capitán, quedase dueño del Castillo para poder obrar con más libertad, matando también por el mismo medio las personas de la casa del castellano, que pudiesen embarazar el efecto.

Otro, el cual (tocando con el a cualquier persona) inmediatamente lo matase, que de este usarían con todos los centinelas de la muralla, los demás del Castillo, y los que asisten a Don Duarte, siendo fácil el poder hacerlo, saliendo de noche a la ronda.

Y el último, para que echando lo en el fuego de los cuerpos de guardia, y cuarteles del Castillo, pudiese con el humo turbar los sentidos, y adormecer a los que se hallaren vecinos.

Que el dicho capitán procuraría tener hecha llave de la puerta del socorro para echar fuera al Infante, y al mismo tempo introducir gente dentro para la guarnición de la plaza.

Que el modo sería, habiendo muerto, o adormecido la gente, salirse los tres con el Infante, y dejar el Castillo si se hubiese de tratar solamente de su libertad; pero si se hubiese de entregar a Francia, disponer algún socorro de Gente fiada dentro, o fuera, y entretener con esta, el tiempo que tardase el socorro de franceses.

Que levantarían el estandarte con las armas de Milán haciendo salva a la ciudad con la artillería, y que cuándo viniesen a saber lo que era, enviarían a decir al Senado que lo habían hecho por librar de la guerra aquella pobre provincia, y que estarían a su disposición para que Milán se hiciese República o entregase a quien quisiese, como no fuese a España.

Que era cierto que viendo los milaneses a los españoles fuera del Castillo, quedarían gustosos, y tomarían las armas para acabar de echarlos del Estado, y que cuándo quisiesen darse a España, ellos pondrían tal miedo con la artillería, y menearían las manos de manera que pudiesen esperar el socorro de todo el ejército de Francia.

Que añadían ser esto muy fácil, habiendo los dichos venenos, y ajustado el introducir un golpe de gente en el Castillo, y que concluían, cinco planas, y media de papel, poniéndose en manos del rey de Portugal para que como tal los guíe, ayude, y recompense, ofreciéndose con sumisas palabras a su orden y obediencia, y que después exhortaban al fraile a la fidelidad, secreto, y presteza del negocio; que la fecha era de los 16 de Julio de 1644 en el Castillo de Milán, jurando los unos a los otros fidelidad, y que morirían todos primero que confesar aquel caso, si sucediese llegar a oídos de españoles.

Esto es lo que sin alterar palabra me dio por escrito, y continuó la relación, diciendo que el haber llegado a su noticia este negocio fue por el deseo que el conde tuvo de examinar la probabilidad de la materia, y que habiéndose procurado introducir mucho, y teniendo noticia el de Monsanto, le pareció a propósito para el informe, después de haberle encargado el silencio, y que viniendo rodado el lance por quitarle al fraile la negociación, dijo que le parecía muy tratables, así por el Estado de las cosas; como por cuan resuelto era el capitán, con el cual tenía estrechísima

amistad, por ser tío de su mujer; parentesco que estimaba más, después de haber oído lo que le refería, por si pudiese facilitar el gusto con que aventuraría la vida cooperando en un servicio tan señalado para el duque.

Que esta aprobación alentó mucho al conde, creyendo que llevaba al de Verganza la nueva más grata.

Que en el viaje procuró familiarizarse mucho, y acreditarse de buen soldado, de hombre de resolución, y de mañoso, valiéndose para esto de los informes de algunos portugueses, que le habían conocido oficial en Milán, y en Roma, y que iban a servir al tirano.

Que el día siguiente que llegaron a Lisboa, le llevó el conde a que besase la mano al duque, cuyo agasajo fue grande, no sólo en las palabras, pero en la forma de mandarle alojar, y que le diesen 400 cruzados de ayuda de costa.

Que desde [el] 1° de mayo de este presente año, hasta [el] 26 de junio, que eran los días en que llegó, y salió de aquel puerto, se hicieron muchas juntas sobre la materia; de que resultó llamarle el duque, y con grandes ponderaciones exagerarle la confianza que quería hacer de su persona, encargándole el mayor servicio que podía recibir, y que pasó a decirselo, encomendándole la brevedad en el partir.

Que le hizo merced de una encomienda de 40 cruzados en la Orden de Cristo; de la tenencia de alcaide mayor de Lisboa; de un tercio de 1500 infantes, que metiese en el Castillo, quedándose gobernando la plaza.

Que todo esto se entendía, aunque no tuviese efecto la libertad de su hermano, y que teniéndole, le haría maestro de campo general perpetuo de las milicias de Portugal, le daría ocho lugares, y una villa de las mejores del ducado de Verganza con título de marqués.

Que hicieron aprestar un navío para que viniese a Génova, ordenándole que de allí pasase a esta ciudad, donde hallaría a Francisco Taquet (de quien ya V. M. tiene noticia) y en su poder el papel que firmaron el capitán y alférez del Castillo, todos los demás despachos que no era bien que él trajese por si se perdían, y toda la disposición imaginable para facilitar el negocio; mandándole juntamente que procurase, antes de llegar aquí; asegurarse de que estaban constantes en lo prometido, aquellos oficiales.

Que se ordenó que pasasen con él Antonio Pereira Brandon, Luis Alvarez de Acunha, Miguel de Azevedo, todos tres del habito de San Juan, con pretexto de concurrir en Malta con los demás caballeros convocados; pero que traían orden de entretenerse en Roma para volver acompañando a Don Duarte, y saliese y que desde Génova se dividieron ellos a esperar el aviso, y él a disponer lo que tocaba, y que llegó aquí a los primeros de agosto.

Que en este tiempo se han tenido muchas conferencias entre el embajador de Francia, y Francisco Taquet, sobre el modo de la ejecución; que en todas procuraba el embajador anteponer el entregar el Castillo, a la libertad de Don Duarte, diciendo que consiguiéndose lo primero se conseguiría lo segundo, y que a las dificultades que él representaba para llegar al efecto, hallándose con pocas fuerzas el príncipe Tomas, y lejos de Milán, no cedían, ni el Gramonville, ni el Taquet; al cual protestó a solas que daría cuenta al duque de Verganza de que por una materia imposible aventuraba la principal y fácil; que la amenaza redujo al Taquet; y entrambos al embajador a que se intentase lo de Don Duarte, y que para ese otro tratado, se esperase que lo facilitasen los accidentes; con lo cuál le mandaron a los 3 del pasado que se encaminase la vuelta de Milán; que se procurase abocar con el capitán del Castillo; y con el príncipe Tomás para que pues se hallaba en Vegeben [Vigevano, Lombardia], viséselo que podía contribuir de consejo, de amigos y de fuerzas para que se lograsen entrambos efectos.

Que dio principio el viaje; y habiéndose entretenido fuera de aquí algunos días, volvió, asegurando que el capitán estaba constante, y que no pudiendo disponer el tránsito, sin aventurarlo todo no se había podido abocar con el príncipe.

Que en este tiempo llegó noticia de haberse rendido la Roqueta de Vegeben, con que el embajador ensanchó el ánimo, suponiendo facilitada la negociación, y que representándole las dificultades de pasar al Tessin, [Ticino, Suíça] y las demás que había para la sorpresa del Castillo, le dijo que el príncipe tenía confidentes dentro de Milán, por cuyo medio podía introducir gente, que acudiese a mantener aquella plaza, mientras llegaba; por cuyo acquisto [adquisición = aquisição] aventuraría a toda la Armada, habiéndole hecho merced el rey cristianísimo del Estado de Milán si le conquistase, así por alentarle a obrar, y gratificarle; como por facilitarle con los milaneses, y quitar los celos a los potentados de Italia, y que concluía, con que emprendiéndolo ahora que se hallaban el príncipe cerca, confidentes los oficiales de dentro, y el Estado con pocas fuerzas, y poco gustoso, se iba a ganar el todo sin aventurar casi nada.

Que con esta resolución le despacharon de aquí a los 22 de setiembre con pasaporte de este Embajador y cartas para el príncipe y para Plessis, con una del Taquet para Don Duarte, que pareciendo en blanco iba escrita, facilitando un secreto que tiene el poderla leer, y otro papelito para el mismo Don Duarte con la rubrica de su hermano, y la firma del secretario de Estado; que era la seña que tenían ajustada, para que si le dijese que salga de allí pueda ejecutarlo, creyendo que no arriesga nada. Venía cubierto con lacre que parecía de los pedacitos ahumados, que sobran de cerrar los pliegos.

Que juntamente le entregaron seis rubricas en blanco del duque para que pudiese valerse de las personas de quien necesitase, ofreciéndoles, con aquello mercedes.

Esto es señor lo esencial de lo que contiene la relación larguísima de este hombre en este negocio, porque sus discursos se alargaron a otras materias, de que en despacho aparte daré cuenta a V. M.

Quiere salvar cuanto ha obrado con decir que desde que oyó la plática en Nantes, juzgó que como buen vasallo le tocaba divertir cosa tan nociva, y que no había medio más efectivo, ni seguro, que el hacerse dueño de ella; y disculpa él no haberme dado cuenta desde que llegó aquí, lo uno por la custodia, con que estaba; y lo otro porque si venciéndola, llegaba a noticia de los franceses que se entendía conmigo desconfiarían de él; pero sirviéndome de muchas horas de discurso, que tuvo en diferentes secciones, le encaminé con maña, a que me dijera, que aún cuándo no tuviese el intento de dar parte de todo a los ministros de V. M. se hallaría embarazado el hombre de mayor desahogo, teniéndose por descubierta con haberle dicho Francisco Taquet luego que llegó, que no convenía estar en su casa, porque yo había penetrado, y desvanecido lo que disponía el duque Rodolfo Maximiliano de Sajonia, para la libertad de Don Duarte; la negociación del fraile Luis Coutinho; la del fraile que vino con Biqui en hábito de seglar; y dos veces la de Francisco Rodríguez de Matos; y que así se podía temer que descubriese, y embarazase ésta, valiéndome de los hebreos, que todos me servían de espías; por lo cuál era conveniente recatarse de ellos, y alojarle en parte remota; como lo hicieron, y que pocos días antes de partir, le dijo que era menester apresurar el viaje, porque tenía evidentes sospechas de que ya estaba todo el caso en mi noticia, por acreditarlo así algunas bien fundadas que el tenía (que juzgo con las que he dicho a V. M. del arresto que procuraba del fraile). El temor en que le puso este hombre parece que es la causa principal de haberseme descubierta, ayudada de que a mi juicio no hay el papel de los oficiales, y sin él, no se atrevió a introducirse en el Castillo.

En fin el salió de aquí sin hablarme, cuya noticia me obligó a despachar el mismo día al sec-

retario Francisco de Ugarte para que con las señas, y la Instrucción que llevaba de dónde había de alojar, le buscarse, y hallándole procurase que volviese aquí, como se ejecutó, viniendo de noche a mi posada, donde me refirió lo que dejo dicho, y tomé todos los papeles que traía, por cuyas copias mandará V. M. ver lo que contiene; y lo que ha escrito desde que llegó a Génova. La cifra es la que tiene este embajador y Taquet con el duque de Verganza, con el príncipe Tomás, que alguna vez podría servir al marqués de Velada.

Pidióme pasaporte para poder abocarse con el marqués, y Don Fadrique Enriquez. Negárasele (sin que pudiese juzgar que era recato) pareciéndome que tenía inconveniente [el] facilitarle por este medio la entrada en el Estado, y la introducción en el Castillo, y por ventura el ejecutar con los venenos (en cuánto a la libertad de Don Duarte) lo que suponía que querían hacer los otros oficiales, y le reduje a que se entretuviese, hasta disponer la forma de introducirle en Milán con el secreto necesario para excusar que contener noticias los franceses de que el cumplía con las obligaciones de buen Vasallo, embarazasen el servicio que podría hacer a V. M., y sin dilatarlo, avisé al marqués de Velada, y a Don Fadrique para que me enviasen a un lugar de confín persona de satisfacción que pudiese acompañar esta otra, y los advertí todo lo que juzgué conveniente en orden al recato, y la forma, para que este hombre fuese levando la esperanza de los que le enviaban, porque no intentasen otros medios en cuanto a la libertad de Don Duarte; y también me pareció que procurásemos valernos de que esta persona pasase a verse con el príncipe Tomás, y que representándole las dificultades de introducirse en el Castillo para dar cumplimiento a todo lo tratado, si no tenía en Milán quien le escondiese tres, o cuatro días, procurase que el príncipe, le remitiese a alguno de los confidentes (que dice este embajador que tiene) medio, por donde se podría descubrir algo; y a este fin, le devolví los papeles originales, y le envié en una de mis góndolas a Padua por excusar los inconvenientes de que se supiese que le tenía aquí, siendo dificultoso de encubrir mucho tiempo, no sólo por los espías que hay siempre en la calle; pero por las inexcusables que tengo dentro de casa, no siendo posible traer de otra parte gondoleros, y por ver si el reducirse tan fácilmente a fiarse de mí, era acordado con franceses por facilitar el ingreso en el Castillo: y también porque no se me escapase, envié una persona, no conocida por dependiente mía que alojase en la misma posada, como lo hizo.

Cuatro días ha que me escribió que por no perder tiempo en llegando la respuesta de Milán vendría a esperarla aquí. Concedisselo [Le concedí] por continuar la atención, con que me ha gobernado en orden a quitarle aún la menor sospecha, que pudiese tener de que yo juzgaba por bellaquería suya, el que el calificaba por servicio. En fin dos noches ha que llegó, habiéndosele introducido en el viaje, con buena maña el ayo que yo le había puesto, y dividiéndose al entrar en el lugar vinieron a buscarme, y estando yo informado de todo cuando di audiencia al Don Francisco; reconocí otra mentira, pues siendo cierto que desde Padua se embarcaron juntos, me dijo que necesitaba de verse con el embajador de Francia y con Francisco Taquet porque hallándole concertando una carroza para venir, y conociéndole dos criados del Gramonville, fue preciso decir que venía de un negocio que él le había mandado, y que habiendo de llegar de noche quería descansar del trabajo de la posta con la comodidad del coche; que ellos se convidaron para acompañarle, y que no pudiéndolo excusar vinieron juntos hasta la mitad del viaje, donde parando a comer, y deseando el quedar libre por darme parte de lo que le había sucedido, fingió que le fatigaba un gran dolor que padecía muy continuadamente, y que así les pedía que continuasen el viaje, pues él por excusar los golpes tomaría una barca; que así era preciso verse con los otros ministros, y decirles que había estado en Milán, y que no había podido vencer las dificultades de abocarse con el príncipe. Pidió me noticia de la disposición en que se hallaban los ejércitos, y delos cabos que estaban a la defensa del Tessin, por calificar su mentira con señas verdaderas. Ajustándome a todo por no desconfiarle, se fue a su posada antigua, llevando orden mía de hacer esfuerzos por el

papel original firmado de los oficiales del castillo, advirtiéndole todas las razones que más podían o obligar a que se le entregase Francisco Taquet, y también le hice que pidiese al embajador de Francia nuevo pasaporte y nueva carta de creencia, porque como abrí las otras, me pareció que sería [estaría] bien llevar ésta cerrada por si en Milán juzgasen conveniente que buscase al príncipe.

Tuvo su audiencia, hoy ha vuelto con la carta, y el pasaporte, pero sin el papel, diciendo que Taquet recusa entregarle, valiéndose de que no necesitaba del para la introducción, pues se había abocado con los oficiales, y que él daría mala cuenta si aventurase la única defensa que tenía Don Duarte en caso de descubrirse el tratado, o de volverle a prender como era muy posible aún después de estar fuera del Castillo, y que en uno o en otro accidente, no le podían calificar por reo, cuando se conocía en la obligación firmada de los oficiales que espontáneamente habían ofrecido librarle.

Viendo me desconfiado de tener este papel, y recibiendo carta de Don Fadrique en que me dice que con un extraordinario me avisaría la persona que estará esperando a este hombre, luego que llegue el correo le procuraré encaminar. Dijo me que estaba con escrúpulo de que el marqués le haría alguna burla, por haber él continuado en el servicio del Papa, no obstante el bando que lo prohibía, o por el delito que le acumularon en Roma de que había hecho matar un clérigo, y otro español, y enterrándolos en su cueva, y pasando a introducir el indultarse de haber ido a Lisboa, le fue divirtiendo con repreguntas en los dos primeros sucesos, y tomando diferentes pretextos sin dejarle continuar el discurso, le despedí, asegurándole que escribiría al marqués, como hice con tales palabras, que él está satisfecho. Yo sin empeño, y el marqués con libertad para obrar lo que juzgare más conveniente, después de haberle examinado con mayor particularidad que yo, no permitiéndome desconfiarle el hallarme en parte que era menester reducirle con diferente termino, que en Milán, donde se podrá ejecutar lo que conviniere, haciéndole las preguntas que solicita lo mismo que él dice, y que más puedan facilitar el conocimiento real de este negocio, porque a mi juicio tiene mucha parte de verdad, y mucha de embuste; lo primero que tengo por falso, es lo que podía dar más cuidado pues por todas las circunstancias que dejo referidas a V. M. se hace inverosímil lo del papel firmado de los oficiales del Castillo, porque cuándo no fuesen de la satisfacción que se puede juzgar, habiéndolos elegido ministros tan atentos, para la custodia de Don Duarte, no parece creíble que llevando el fraile (que este hombre supone) la obligación, siendo portugués, el que los había reducido a la bellaquería, y con quien se habían descubierto, fiasen el ejecutarlo de un castellano sin más conocimiento que el llegar a Nantes, disparado del delito que había cometido en Roma, a pié, enfermo y sin blanca; que todo hace improbable que le diese parte el conde de Monsanto de negocio de esta calidad. Fuera de esto, cuando los accidentes y su maña hubiesen encaminado que le juzgasen más a propósito que al fraile, ¿en que juicio cabe que le habían de enviar con orden de que se abocase con el capitán sin entregarle el papel, que acreditándole a él, asegurase a los otros? Y supongo que por si él se perdía en el mar, se le enviasen a Taquet, ¿como podía éste negarse, si le hubiese representado las razones que yo le advertí, pues eran tales que apenas dejaban lugar para prometerse que sin él podía ejecutar lo que se trataba?

También me parece embuste consumado lo de las seis rúbricas del duque de Verganza, pues aún cuando hubiesen hecho la locura de fiárselas, y fuesen verdaderas, no podían servir de nada en manos de un hombre de este porte, y ellas mismas confirman que es mentira, pues están todas tan uniformes y hechas con tal tiento, que se reconoce que las firmo quien contrahacía, y no quien naturalmente rubricaba como V. M. verá por las dos con que me quedé para el principal, y duplicado de este despacho.

No es más verosímil lo de las mercedes que refiere que le hicieron antes de poner en ejecución lo que le mandaron; evidencias que solicitan el creer constantemente que este hombre

formó el papel, sirviendo se de la noticia que tenía de todos los oficiales para apadrinar su embuste, que no es el primero (según me dijo) pues con asegurar al conde de Arcourt, y a Plessis, cuándo gobernaban en el Piemonte, facilitarles el sorprender el puesto de Anon, le dieron libertad, y los trajo muchos días engañados, cita en esto al conde de Siruela, de quien me informaré.

En lo que no hay duda es [que], en que estuvo en Lisboa, que le despacharon a este fin; que le dieron dinero; que aquí hay cantidad muy grande pronta para facilitar la negociación; que él tiene persuadidos a franceses, y portugueses, que es fácil; que los pasaportes, y cartas de Gramonville embajador residente aquí por el rey cristianísimo, son verdaderas (porque yo lo he comprobado con otras firmas, que mañosamente he tenido) y también creo del espíritu y de la maña del hombre, que si se introdujera en el Castillo intentará con los venenos el librar a Don Duarte, si juzgara que podía conseguirlo sin riesgo, pero teniéndole juzgo que desea por nuestro medio abocarse con el príncipe Tomás, y consiguiendo, tener alguna respuesta suya, acreditarse con franceses y portugueses de hombre de resolución, y que les ha tratado verdad en todo lo que les ha dicho por conseguir con este crédito el irlos entreteniendo, y valiéndose de la orden que (según dice) le dieron de no aventurar la persona de Don Duarte ni el que con la noticia de este tratado, le estrechen más la prisión; volver a Portugal, donde las atestaciones del embajador de Francia, de Taquet, y cualquiera firma del príncipe Tomás, le abrirán gran puerta para coger algún fruto; y por lograr esto, me ha insinuado (a mi juicio) lo que en el otro despacho, que digo, referiré a VM, a quien me parece decir, que puede estar sin ningún cuidado de estas dos negociaciones, pues la parte de los oficiales del castillo, la tengo por muy segura, aún cuándo, faltase el desvelo grande de Don Fadrique, y lo que Don Francisco pudiera obrar con los venenos, está desvanecido con haber yo tenido suerte de descubrirle. Deseo viéndole allá, lograr la atención con que le he ido encaminando a Milán, pues con la prudencia de los ministros de allí, no sólo me prometo que se han de haber reparado los daños que podían resultar de andar este hombre libre; pero que ha de ser instrumento, por donde intentar que el príncipe Tomás haga a algún empeño, de que nos salga bien. Todo lo que entiendo en este negocio escribo al marqués, y me ha parecido poner en noticia de V. M. con tantas particularidades aún lo insubstancial de los discursos, por si confiéndolos con otros avisos de los que pueden haber llegado, sirven para fundar las resoluciones más proporcionadas al mayor servicio de V. M. cuya católica persona guarde Dios como la cristiandad ha menester. El Marq^s delafuente.

Recebido para publicação em 28 de novembro de 2014.